



SOCIEDADE ABERTA

O imperativo de mudar



Domingues de Azevedo

Bastonário da
Ordem dos Técnicos
Oficiais de Contas

A Ordem tem-se associado em eventos e publicações que, reconhecidamente, têm sido mais-valias do ponto de vista do debate, interesse público e transparência, apoiando investigações desenvolvidas por professores universitários com créditos firmados. As áreas da administração local e central e o setor empresarial do Estado têm sido o foco destes estudos, sobre domínios que explicam quase de forma integral a situação a que chegámos em termos de (in)sustentabilidade das finanças públicas.

Os anuários financeiro dos municípios portugueses e do setor empresarial do Estado são disso um vivo testemunho.

De um modo genérico estes estudos são a radiografia de um descalabro e de instituições que se habituaram a não prestar contas, de forma credível e atempada. Pese embora algum desconforto que estas edições têm gerado nalguns setores, continuaremos a apoiar iniciativas desta natureza que desassosseguem os interesses instalados e os comodismos, tudo em nome da valorização da “accountability”, o ato de prestar contas, que é a prática mais nobre e solene da vida de qualquer entidade, especialmente se for de interesse e finalidade pública.

Lamentavelmente, temos sido brindados com exemplos de sinal contrário. E com uma frequência inquietante. Os milhões desviados no BPN, o obscuro processo das parcerias-público-privadas (PPP) e as milhares de faturas escondidas pelo governo regional da Madeira.

O que estes casos têm em comum é, precisamente, a falta de transparência. A lógica é sempre a mesma: são os de sempre a pagar, as asneiras cometidas por meia dúzia de “artistas”. Oneram-se gerações futuras, perpetuam-se projetos sem qualquer utilidade. Uma criança que nascer neste momento já nasce endividada. Um completo contrassenso. A culpa não pode morrer solteira. Valha a verdade que o Tribunal de Contas, cujos poderes de visto foram reforçados pela troika, não se tem demitido o seu papel de “guardião” das contas públicas.

Sempre certo e ponderado, Guilherme d’Oliveira Martins referiu no evento sobre a Reforma Administrativa e Financeira do Estado, promovido pela Ordem e pela Universidade do Minho, que “não podemos viver com recursos que não criamos”. Parece um disco riscado, mas o cerne reside aqui. Precisamos de um Estado modesto e consciente tem que ter em mente na sua ação os riscos de sustentabilidade e a solidariedade intergeracional, com implicações incalculáveis ao nível da igualdade e justiça distributivas.

Não é segredo para ninguém que ousar reformar em Portugal é uma missão quase impossível. Sublinho o quase, que pode fazer toda a diferença. “Trapalhadas” e “casos” à parte, o governo da maioria está a fazer alguma coisa nesse sentido. A Lei dos Compromissos, pese embora implicar perturbações adicionais na gestão das entidades em dificuldades, impõe um maior rigor na gestão dos dinheiros públicos e tem um lastro de efeito pedagógico. É preciso uma lógica materializada que gerir o que é dos outros deve ser uma dupla responsabilidade. E diz-nos a experiência que os portugueses compreendem melhor quando os assuntos implicam mexer com o seu bolso.

Outro sinal que se saúda, prende-se com a extinção da Comissão de Normalização Contabilística da Administração Pública que vai permitir que Estado e empresas se situem no mesmo patamar, melhorando a qualidade e harmonização da informação financeira.

O futuro do país está na transparência da vida pública e no alcance da contabilidade pública. As pessoas passam, os atos é que perduram. Esperamos é que não se concretize a máxima de Lampedusa, “é preciso mudar alguma coisa, para que tudo fique na mesma”. ■